

O TURISMO E A NÃO CONCRETIZAÇÃO DA PROMESSA DO DESENVOLVIMENTO EM LUGARES DE REGIÕES SUBDESENVOLVIDAS: O Caso de Alguns Lugares do Estado de Pernambuco¹

Cláudio Jorge Moura de Castilho²

Abstract

This paper discusses the rôle of tourism in an underdeveloped region in Brazil – Northeast, based mainly on studies about ‘touristification’s process’ in some places situated on Pernambuco state. Firstly, it aims to clarifying the tourism as a strategic mechanism fixed in geographic spaces in order to promote and keep foreign interests instead of local interests, as well as a ‘fable’ in order to hide its real proposals. Secondly, it shows that the social-spacial development is not possible under this logic of tourism process. Finally, it presents some challenges for the social-spacial development in those kinds of space.

Keywords: Tourism, Social-Spacial Development, Underdeveloped Places.

Notas Introdutórias: Esboço de uma Experiência de Pesquisa

Há cerca de dez anos que nos debruçamos sobre questões atinentes à relação turismo-espaço, na perspectiva de refletir acerca das reais possibilidades que possuem as atividades de interesse turístico no que tange à concretização do processo não somente de inserção; mas, sobretudo, de integração sócio-territorial de grupos consideráveis de pessoas que buscam mudar as suas precárias condições de existência nos seus lugares de vida. Isto com a preocupação de verificar em que medida o turismo pode, realmente, ser capaz de promover o desenvolvimento sócio-espacial nos diversos lugares em que ele se apresenta como perspectiva de mudança.

Essa experiência propiciou, ao longo do citado período, o acúmulo de uma base de resultados decorrente de pesquisas próprias realizadas sobre o turismo em Recife, bem como de pesquisas de alunos, orientados por nós no PPGG da Universidade Federal de Pernambuco. Estas últimas pesquisas, movidas pelas mesmas preocupações do autor do presente artigo, tiveram a realidade do turismo em municípios do interior do estado de Pernambuco, como objeto de estudo.

Com efeito, uma das nossas questões fundamentais refere-se justamente ao papel do turismo como uma prática sócio-territorial ao desenvolvimento (CASTILHO, 1999, 2000, 2001, 2002) sócio-espacial das pessoas; compreendendo este desenvolvimento como um processo sensível não somente à localização e distribuição de objetos no espaço geográfico e à inserção de pessoas no mercado de trabalho – muitas vezes por meio de práticas informais de engajamento – mas, principalmente, à integração real dessas pessoas à vida social, promovendo mudanças significativas tanto no que diz respeito ao acesso a meios materiais quanto a imateriais, tão necessários no mundo de hoje.

Neste último caso, discutimos ainda a possibilidade de realização da perspectiva da

¹ Texto redigido originalmente em inglês e publicado em meio digital pelo CEDLA/Amsterdam

² Professor adjunto atuando nos Programas de Graduação e Pós-Graduação em Geografia / PPGG da Universidade Federal de Pernambuco / UFPE. Endereço eletrônico: cjmc@ufpe.br

construção de uma *sociedade autonomista*, em que os atores – e não simplesmente os agentes – sociais, ao invés de silenciarem-se diante das virtualidades dos seus destinos com base na *turistificação* dos seus lugares de vida, participem efetivamente e democraticamente do processo de mudança que lhes concernir. A concretização desta perspectiva, aliada àquela do processo de construção do *espaço do cidadão*, constituem, portanto, algumas das condições fundamentais ao papel do turismo como instrumento do desenvolvimento.

Todavia, não obstante as promessas do turismo como fator de desenvolvimento efetivo das pessoas, o que tem acontecido em muitos lugares é a implementação de ações – sobretudo da parte das elites dirigentes locais ligadas aos poderes político e econômico – assistencialistas cujo sentido termina sendo mais a manutenção do modelo de vida atual sustentado no consumo do que a mudança social efetiva deste modelo. Tratam-se, portanto, de ações fugazes e sem sustentabilidade que terminam sendo usadas para se aproveitarem da maior parte das populações envolvidas a fim de dar continuidade ao processo de *valorização capitalista do espaço* e, deixando mais uma vez para trás, o processo de valorização social do espaço.

Assim sendo, vale reiterar esta idéia mediante a formulação da seguinte questão: será que a partir de ações meramente assistencialistas, com base em programas que, quando muito, fomentam uma mínima geração de ocupações e ganhos – e não de emprego e renda efetivamente: ocupações informais – possuem condições de promover a proposta de desenvolvimento que estamos almejando? Ou não seria melhor assumir que essas ações atendem mais a interesses ideológicos de manutenção da legitimidade e continuidade dos poderes instituídos dirigentes, comprometidos com a lógica atual do processo de mundialização a qual, hoje, ganha a denominação de globalização? Infelizmente, com base nos resultados das nossas pesquisas, a nossa hipótese é a de que os programas de turistificação dos lugares, sobretudo em realidades socioespaciais como a brasileira e nordestina em particular, têm contribuído principalmente para a garantia de interesses externos ao lugar e não dos interesses da maior parte das suas populações, ou seja, daqueles grupos sociais que sempre estiveram alijados dos benefícios propiciados pela gestão e pelo planejamento territorial.

O que fazer então a fim de concretizar a idéia de turismo como instrumento efetivo de integração sócio-territorial dos homens e das mulheres pobres dos lugares em que vivemos, na busca do seu desenvolvimento sócio-espacial? Como ponto de partida, devemos assumir o compromisso de buscar elucidar a realidade da relação do turismo com o processo efetivo de construção do espaço do cidadão – um espaço com justiça social e liberdade de pensar e atuar; ao invés de comprometermos com uma idéia da turistificação de espaços como verdade absoluta fundamentada num discurso único do turismo como panacéia do desenvolvimento, a qual alimenta apenas fábulas e ilusões que mascaram a perversidade das condições reais de vida de grande parte da sociedade brasileira.

A Natureza Filosófica do Turismo em Lugares de Região-Problema: inserção ou integração sócio-territorial?

Iniciamos esta seção reconhecendo que o turismo não pode mais ser negligenciado pela sociedade e, por sua vez, pela ciência, na medida em que ele já constitui um fenômeno crucial e estratégico nos diversos lugares em que ele acontece. Por isso, não podemos deixar de admitir a sua importância para a teoria social e para as sociedades

contemporâneas.

Por um lado, isso se deve ao fato de que o fenômeno turismo constitui uma prática sócio-territorial que já faz parte da vida de muitas pessoas, em diversos lugares do mundo: daquelas pessoas que fazem turismo como turistas, daquelas pessoas que fazem turismo como empresários e daquelas pessoas que vivem do turismo como trabalhadores através do circuito superior e inferior das economias urbanas; níveis de abordagem que não podem ser negligenciados pelos pesquisadores que o estudam.

Por outro lado, o turismo, como uma prática sócio-territorial de grande significação para a sociedade contemporânea, tem sido apropriado, principalmente, pelas elites dirigentes locais que têm apresentado propostas de “desenvolvimento” do lugar com base em investimentos nas atividades de interesse turístico espacialmente organizadas.

Isto, no sentido de controlar o fenômeno de crescimento do turismo, formulando e divulgando a idéia de que o turismo constitui um fator de desenvolvimento – econômico, urbano, sustentável, local, são vários os adjetivos associados à idéia de desenvolvimento – e que se deve fazer investimentos nas atividades que lhe dão suporte a fim de atrair turistas e capitais do exterior, consolidando a inserção do lugar no mundo globalizado.

No processo de elaboração e divulgação da sua retórica, os representantes das administrações municipais e estaduais, assim como os empresários ligados ao turismo buscam sustentar as suas propostas e os seus programas em exemplos de sucesso do turismo em outros lugares: Espanha, Itália, Portugal etc. O que é uma meia verdade, na medida em que realmente o turismo tem sido fundamental como instrumento de desenvolvimento naqueles países e não no Brasil; mas por que esta distinção? Porque as condições fundamentais à formação da nação já foram concretizadas naqueles países; e ainda se acham muito incipientes no Brasil.

Não se deixa claro em que medida serão propiciadas as condições sem as quais, não somente o turismo, mas qualquer atividade poderá promover o desenvolvimento efetivo das pessoas, isto é, a construção do *espaço do cidadão*. Isto quer dizer que sem cidadania não ocorrerá a integração sócio-territorial das pessoas à vida social, portanto sem cidadania não acontecerá o desenvolvimento das pessoas. Nesse sentido, vale a pena recuperar a idéia de que:

o desenvolvimento do turismo não é tarefa nem de curto nem de médio prazos. São necessárias fortes determinações políticas de equilíbrio na distribuição de renda, do emprego... São necessários projetos de alta credibilidade para se contar com instâncias internacionais de financiamento, sem falar das próprias negociações que a trama internacional exige. São necessárias gerações para construção e reorganização do espaço, de toda paisagem, urbana ou natural... O tempo de reorganização de todo um território se conta por décadas, o que faz da opção pelo turismo, em seus aspectos territoriais, um investimento a longo prazo. Mas suponho por onde tudo deva começar. Penso eu, num plano nacional de desenvolvimento conseqüente, que tenha em conta: a inclusão social, o combate inclemente à injustiça, a consecução real das metas traçadas. Mas falar num plano nacional de desenvolvimento e do planejamento como processo nos remete a outra dificuldade não resolvida. Problema que não é do turismo, mas estrutural do país – sem o qual este setor não se desenvolve. [...] Em duas palavras, *carecemos essencialmente de mentalidade planejadora* [e não só como atividade do governo] e de resolver a

questão social, binômio que se constitui na pedra angular para o equacionamento do turismo. Fatores virtualmente associados, porque, tanto quanto a história revela, a questão social não se resolve pelo acaso (isto é, a antípoda do plano) mas por um projeto, uma conquista que se instaura em todos planos da cidadania. (itálicos no original) (YAZIGI, 1999, p.36-37)

O turismo, assim como outras atividades, poderão até estimular algum crescimento econômico incentivando a criação de ocupações e distribuindo alguns ganhos inserindo pessoas no mercado – sobretudo do circuito inferior da economia urbana ou regional – de trabalho. Mas a integração social efetiva como condição ao desenvolvimento sócio-espacial, a mudança da sociedade, continuará sendo uma *fábula* se não se considerar a urgência de se resolver, primeiramente, a questão da cidadania no país. A este respeito, conforme Santos (2000, p.17-18):

vivemos num mundo confuso e confusamente percebido. Haveria nisto um paradoxo pedindo uma explicação? [...] Seus fundamentos são a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põem ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal. De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização. [...] Este mundo globalizado, visto como fábula, erige como verdade um certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação.

Ademais, uma outra parte dos problemas mais significativos da questão, ou seja, aquela que se refere ao uso social efetivo do turismo como reforçador dos propósitos e intenções do mercado é escondida, isto é, quais os grupos sociais que reúnem as condições efetivas de se beneficiar do processo que estamos analisando? Como se beneficiam? Por que razão? Em que medida ainda continuará a existir o grande fosso separando os que ganham e os que perdem?

Na seção seguinte tentaremos mostrar, mediante a apresentação de alguns resultados de pesquisas empíricas realizadas em lugares que têm sido direta ou indiretamente objeto de ações de *turistificação* na perspectiva acima colocada, as evidências que apontam para o uso do turismo mais como uma *fábula* construída para mascarar a realidade social do que como um instrumento efetivo de mudança social. O espaço tem sido usado de modo eficaz no processo de consolidação dessa fábula. Com efeito:

O conjunto de processos espaciais que se dão no espaço [...] produz inúmeros artefatos – uma forma construída, espaços produzidos e sistemas de recursos de qualidades específicas, organizados em uma configuração espacial distinta. A ação social subsequente tem que levar em conta tais artefatos na medida em que tantos processos sociais (tal como o deslocamento casa-trabalho) se tornam fisicamente interligados. [...] É, finalmente, a consciência dos habitantes urbanos é afetada pelo conjunto de experiências do qual derivam percepções, leituras simbólicas e aspirações. (HARVEY, 1996, p.51)

Com isso, vale reiterar, que o espaço desempenha um papel importante no processo de construção social, ou seja, o espaço é, de fato, uma instância social sem a qual a sociedade não aconteceria.

As Evidências do Uso do Turismo como *Fábula* para Mascarar a Realidade Social: Entraves ao Desenvolvimento Sócio-Espacial!

Quais os fatos mais evidentes sobre os quais nos sustentamos para (re) afirmar o uso do turismo, com base na busca de implementar ações visando, ainda que de maneira fugidia, a turistificação de territórios, como uma fábula e não como um efetivo instrumento ao desenvolvimento sócio-espacial? Antes de responder a esta questão, convém lembrar, em primeiro lugar, a seguinte consideração:

na medida em que o turismo, em vez de simplesmente se ‘ajustar’ a uma realidade marcada por heteronomia, disparidade e preconceitos (eventualmente até ‘agravando’ esses problemas), contribuir, de algum modo, para minorar esse quadro, ele estará, sem ressalvas, sendo um fator de desenvolvimento sócio-espacial. (SOUZA, 1999, p.21)

Em seguida, reforçamos o conteúdo da citação acima, dizendo o seguinte: no momento em que, além disso, o turismo começar a superar os graves problemas sócio-territoriais existentes e, por conseguinte, promover um processo de produção do espaço em primeiro lugar para os cidadãos e não apenas para os consumidores, aí sim o turismo constituirá um fator efetivo de desenvolvimento, talvez até mesmo de desenvolvimento sócio-espacial.

Portanto, não é somente o mero acesso a bens e serviços que promoverá o desenvolvimento sócio-espacial das pessoas. Mas também, e ao mesmo tempo, a satisfação de pertencer como parte da sociedade e de participar efetivamente das decisões que lhes afetem, de modo autônomo e democrático, podendo exercer a sua criatividade no que tange a um mundo melhor para a coletividade. É neste sentido que concordamos com Souza (Ibidem, p.18-19) quando este diz que o desenvolvimento sócio-espacial deve ser compreendido:

como um processo de superação de problemas e conquista de condições (culturais, técnico-tecnológicas, político-institucionais, espaço-temporais) propiciadoras de maior felicidade individual e coletiva [exigindo] a consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (cultura, economia, política) e, também, do espaço natural e social. É evidente que, desse ângulo de abordagem, o crescimento econômico e o progresso técnico são totalmente insuficientes como parâmetros definitórios (podendo, até mesmo, ser antes parte do problema que da solução: pense-se, por exemplo, no crescimento que se dá à custa de taxas ascendentes de degradação ambiental ou no progresso técnico que se faz acompanhar por desemprego tecnológico e exclusão).

Diante desta perspectiva, resta-nos agora indicar alguns dados empíricos que apontam um movimento inverso com relação ao que estamos almejando. Assim sendo, de um total de 100 pessoas entrevistadas, trabalhando em hotéis, agências de viagem, restaurantes, boxes de informações turísticas e setores de organização de eventos, em Recife:

1. 65,1% recebem, oficialmente, até 02 salários mínimos por mês (em agosto/ 2004, o salário mínimo brasileiro girava em torno dos US\$ 100,00);

2. 70,3% não estão satisfeitas com o seu ambiente de trabalho, em razão, sobretudo, do forte grau de exploração, num “contexto histórico de transição do fordismo à acumulação flexível” em que, ao mesmo tempo, conforme Harvey (1989), exige-se que o trabalhador seja eclético, polivalente e aceite salários cada vez mais baixos;

3. 71,5%, devido aos problemas referidos no item anterior, revelam que aguardam uma oportunidade para conseguirem outra ocupação, considerando o trabalho nos objetos espaciais de interesse turístico como apenas uma etapa à conquista de uma posição melhor no mercado de trabalho e na sociedade.

4. Esta situação aponta para uma alta rotatividade dos empregos nestas atividades, na medida em que 60,6% dos entrevistados estão trabalhando no setor há menos de dois anos, dos quais cerca de 10,0% afirmaram que assim que terminarem os seus cursos universitários procurarão outra atividade mais rentável e estável; o que só é possível, é evidente, quando se possui uma qualificação mais completa. Tanto isto é verdade que, aqueles que não conseguiram completar os seus estudos nos revelaram que, assim que o fizerem, também procurarão outro tipo de emprego.

É verdade que, para estas pessoas – nas nossas pesquisas, temos dado prioridade à análise das condições de inclusão social de pessoas vindas de ambientes pobres – já foi muito importante ter conseguido um posto de trabalho nos objetos espaciais de interesse turístico; pois sabemos o quanto é difícil e árdua a trajetória de pessoas de nível social inferior na busca da sua mobilidade social. Temos chamado este movimento de mobilidade sócio-espacial tendo em vista o fato de que o espaço exerce papel fundamental nesta busca, não sendo, portanto, um epifenômeno (CASTILHO, 2002).

Em municípios do interior do estado de Pernambuco estudados por orientandos nossos, a situação dos trabalhadores não tem sido muito diferente, embora muitas vezes se apresente como satisfatória. Mas esta satisfação é apenas aparente, em virtude, sobretudo, da conjugação de dois fatos: uma maior “conformidade” das populações locais, em função da percepção de alguns indicadores de transformações superficiais espacialmente visíveis; e uma menor tradição de participação e mobilização social.

Em Bezerros, município localizado ao longo de um trecho da BR-232 – a qual vem, recentemente passando por um processo de modernização – que se situa na microrregião do Vale do Ipojuca, à primeira vista, parece-nos que o turismo está de fato constituindo um fator de desenvolvimento. Analisando a formação de uma “educação turística” no processo de turistificação em Bezerros, na perspectiva de busca do desenvolvimento local, Melo e Silva (2002) conclui o seu trabalho dizendo que um número considerável de pessoas tem conseguido a sua inserção em postos de trabalho nos equipamentos de interesse turístico que se acham em expansão no município; o que tem proporcionado melhoria da qualidade de vida de parte significativa das populações locais, pelo acesso a bens e serviços importantes à vida social.

Entretanto, a mesma autora reconhece que essa melhoria da qualidade de vida não promove a mobilidade social, ou seja, a mudança social efetiva. Isto porque a participação social no processo ainda é muito tímida e concentrada em algumas lideranças locais, além do que a mera inserção no mercado de trabalho não indica mudança social efetiva. Neste último caso, vale lembrar que esta experiência de turismo:

marca a passagem de políticas desenvolvidas em nome da integração para

políticas conduzidas em nome da inserção. Entendo por políticas de integração, as que são animadas pela busca de grandes equilíbrios, pela homogeneização da sociedade a partir do centro. São desenvolvidas através de diretrizes gerais num quadro nacional. É o caso das tentativas para promover o acesso de todos aos serviços públicos e à instrução, uma redução das desigualdades sociais e uma melhor divisão das oportunidades, o desenvolvimento das proteções e a consolidação da condição salarial. Interpretarei as políticas de inserção a partir de suas diferenças, e até mesmo [...] de sua oposição em relação às políticas de integração. As políticas de inserção obedecem a uma lógica de *discriminação positiva*: definem com precisão a clientela e as zonas singulares do espaço social e desenvolvem estratégias específicas para elas. Porém, se certos grupos, ou certas regiões, são objeto de um suplemento de atenção e de cuidados, é porque se constata que têm menos e são menos, é porque estão em situação deficitária. (CASTEL, 1999, p.537-538)

Com o objetivo de analisar o potencial ecoturístico, mediante o uso do espaço na perspectiva da promoção do *Birdwatching* no município de Itamaracá, município localizado na Área Metropolitana do Recife, sob a proposta do desenvolvimento sustentável, Farias (2004) chega às seguintes conclusões: que não existe um planejamento articulado e cuidadoso para com a atividade, em decorrência do fato de que a própria organização territorial do espaço do municipal não obedece aos princípios do que se chama de turismo sustentável; que a sociedade local não participa do processo de organização do seu território; e, em decorrência da constatação anterior, que os empresários e mesmo membros do executivo local são guiados mais por princípios econômicos do que éticos na busca da constituição de um espaço para o exercício das atividades turísticas sob os parâmetros das exigências do mercado.

Estudando a situação do *Agroecoturismo* no município de Moreno – outro município da Área Metropolitana do Recife – Mota (2004) também perdeu um pouco do entusiasmo e da ilusão que tinha do turismo como fator efetivo de desenvolvimento. No início, quando estava envolvido diretamente no processo de elaboração do Programa de *Agroecoturismo* em Moreno, pensava que a proposta poderia de fato ser realizada, concretizando os seus objetivos. Quando, porém, distanciou-se do processo, passando a estudá-lo sob uma abordagem crítica, percebeu que a realidade estava, infelizmente, ainda muito distante das intenções iniciais.

Segundo este autor, não obstante o incontestável potencial de interesse turístico existente no município, o *Agroecoturismo* não está constituindo, naquele lugar, um fator de desenvolvimento na medida em que: não há uma regulamentação para o uso dos recursos existentes, permanecendo o uso desses recursos sem nenhum controle público; não há uma participação efetiva das populações locais no processo de viabilização da proposta; populações que, aliás, não são ouvidas e não têm poder de decisão acerca dos processos que lhes afetam direta e indiretamente, no presente e no futuro concomitantemente; não se evidencia a satisfação nem mesmo das necessidades básicas da população envolvida. Elementos que, para este autor, são fundamentais no processo de avaliação das ações voltadas ao desenvolvimento.

Em outras duas dissertações, defendidas no PPGG da UFPE, uma sobre a questão da concretização do projeto do *Ecoturismo* em Bezerros (GONÇALVES, 2005) e outra, sobre a do *Turismo Rural* na Zona da Mata Norte de Pernambuco (VIEGAS, 2005), ambas

na perspectiva da análise do turismo como fator de desenvolvimento sócio-espacial, também se chega às mesmas conclusões a que haviam chegado os trabalhos acima citados.

Desse modo, para as autoras destas dissertações, mais uma vez o turismo, implementado mediante ações flexíveis e fugazes promovidas pela “parceria” do setor público com o privado, não passa de uma experiência que, sustentada em perspectivas reduzidas de inserção social, não toca na profundidade da questão; e que, por isso, tem desempenhado um papel mais no sentido da atenuação de problemas sociais do cotidiano das pessoas do que naquele da sua integração sócio-territorial, da mudança social concreta e, por sua vez, do desenvolvimento sócio-espacial.

Com efeito, conjunto de ações dos programas de turistificação de lugares possui o objetivo central de controlar as conseqüências extremas do neoliberalismo ao assegurar rendas mínimas aos mais carentes e propiciando o máximo de margem à atuação do mercado, não se preocupando mais com a redução das desigualdades sócio-territoriais existentes há séculos. Ainda a esse respeito, é Castel (Ibidem, p.557) quem nos diz o seguinte:

Os animadores esgotam-se em inventar projetos, em tornar possíveis os vínculos, em estruturar o uso do tempo em torno de atividades por eles suscitadas. Em último caso, seu trabalho consiste em construir espaços de sociabilidade diferentes daquele em que vive sua clientela, para lhe tornar suportável um cotidiano que, sobretudo, é desesperador.

Portanto, como se fundamentar apenas em mecanismos de mera inserção a bens e serviços para promover o desenvolvimento sócio-espacial? Se considerarmos apenas o nível da inserção ocorre uma redução não somente do conceito de desenvolvimento, mas das próprias condições concretas das pessoas envolvidas, à dimensão do econômico.

Ainda no que concerne aos tipos de trabalho engendrados por essas experiências, diríamos que as ocupações criadas a partir de urbanismos fundamentados em atividades terciárias sob o contexto da acumulação flexível, Harvey (1996, p.58) nos alerta para o seguinte fato:

Os tipos de empregos criados em muitas instâncias atuam igualmente contra toda mudança progressista na distribuição de renda, uma vez que a ênfase em pequenas empresas e na subcontratação podem ter efeitos secundários que encorajam diretamente o ‘setor informal’ como base para a sobrevivência urbana [que] tendem a ser empregos de baixa remuneração...

A este respeito, este mesmo autor continua a dizer que os empregos de primeiro escalão da hierarquia gerencial, com altas remunerações, ficam restritos a uma minoria; o que reforça uma crescente disparidade de riqueza e renda, bem como uma pobreza ascendente nas cidades. No fundo, o desenvolvimento econômico global é tímido e aparente, como já o dissemos anteriormente. Todavia, Harvey (1996, p.60) continua argumentando que:

mesmo face a um desempenho econômico baixo, investimentos nesses tipos de projeto parecem exercer uma atração tanto política como social; na realidade, a venda da cidade como um espaço para atividades depende muito da criação de um imaginário urbano atraente. Lideranças da cidade podem considerar o desenvolvimento espetacular como ‘um líder de gastos’ para atrair outras formas de desenvolvimento. Parte do que temos visto nas duas últimas décadas é a tentativa

de construir um imaginário físico e social de cidades adequadas para estes propósitos competitivos. A produção de tal imagem urbana também tem conseqüências políticas e sociais internas: ela ajuda a contrapor o sentido de alienação e anomia que já há muito tempo Simmel identificou como um aspecto problemático da vida urbana moderna. E faz isso especialmente quando um terreno urbano é aberto à moda e ‘auto-apresentação’ num ambiente teatral e espetacular [...] A produção orquestrada de uma imagem urbana pode, se bem-sucedida, ajudar também a criar um sentido de solidariedade social, orgulho cívico e lealdade ao lugar e mesmo permitir que a imagem urbana forneça um refúgio mental em um mundo no qual o capital alija cada vez mais o senso de lugar.

Notas Finais: Quais os desafios a serem superados?

Pensando sobre o momento de se chegar à universalidade, mediante a organização de compromissos e projetos sociais, Harvey lembra-nos do papel fundamental de direitos, dentre outros muito significativos, que podem oferecer subsídios, na nossa opinião, à reflexão acerca da conquista do que estamos chamando neste texto de desenvolvimento sócio-espacial e, por sua vez, à integração sócio-territorial dos homens e mulheres à vida moderna. Esses princípios são os seguintes:

O direito à produção do espaço [...] Que também significa o direito à reconstrução de relações espaciais (formas territoriais, capacidades de comunicação, e regras) de maneira a transformar o espaço de uma rede absoluta de ações em uma vida social de aspecto relacional e relativo mais maleável. O direito à diferença incluindo um desenvolvimento geográfico diverso. [...] Isto implica o direito de ser diferente, para explorar diferenças e, como conseqüência, o direito de perseguir o desenvolvimento sobre bases territorial e coletiva alternativas às normas estabelecidas. O desenvolvimento geográfico diverso deve ser também pensado como um direito e não como uma necessidade imposta pelo capitalismo, a qual tem diminuído as perspectivas de mudança num lugar no sentido de realçá-las em outro lugar.³ (2000, p.251) (tradução livre do autor deste artigo)

Direitos que são fundamentais e que devem ser pensados como ideais no processo permanente de nos libertarmos, como *intelectuais orgânicos*, das armadilhas do “discurso único” elucidando as fábulas criadas, fazendo valer a nossa capacidade criativa e inovadora. Nesse sentido, convém lembrar, e é mais uma vez Harvey que nos chama a atenção para o seguinte:

A lição é clara: até que nós nos rebelamos como arquitetos que têm conhecimento da coragem das nossas mentes e estejamos preparados para fazermos um mergulho especulativo no âmbito do desconhecido sob os princípios da igualdade, nós também continuaremos a ser mais objetos da geografia histórica (como as abelhas trabalhadoras), do que sujeitos ativos, conscientemente empurrados aos limites das possibilidades humanas. O que Marx chamou ‘o movimento real’ que irá abolir ‘o estado das coisas existentes’ está sempre por

³ The right to the production of space [...] It also means the right to reconstruct spatial relations (territorial forms, communicative capacities, and rules) in ways that turn space from an absolute framework of actions into a more malleable relative and relational aspect of social life. The right to difference including that of uneven geographical development. [...] This implies the right to be different, to explore differences and, as a consequence, the right to pursue development on some territorial and collective basis that departs from established norms. Uneven geographical development should also be thought of as a right rather than as a capitalistically imposed necessity that diminishes life changes in one place in order to enhance them elsewhere. (2000, p.251)

fazer e atuar. É isto que significa dizer despertar a coragem das nossas mentes. ⁴ (2000, p. 255) (tradução livre do autor deste artigo)

Diante do exposto, fica patente que só se consegue concretizar a proposta de desenvolvimento sócio-espacial num lugar, qualquer que este seja, quando, no processo de formação sócio-espacial deste lugar, já se reúnem condições de cidadania, ou seja, quando este lugar constitui, no dizer de Milton Santos (1987), um *espaço do cidadão*. E um espaço do cidadão pressupõe a existência dos seguintes fatores: acesso a bens e serviços sociais de qualidade indispensáveis à realização da vida; uma sociabilidade ativa e criativa; possibilidade concreta de participação nos processos de discussão e execução de ações para o lugar; o envolvimento e a satisfação das pessoas, ao mesmo tempo, como cidadãos e cidadãos quanto às condições de vida do seu lugar.

Nos casos analisados já se pode vislumbrar algo de positivo nesta direção, a exemplo do estímulo à organização social das populações locais, à discussão de alguns dos problemas sócio-territoriais existentes em cada lugar, à busca de ações mais dinâmicas e “empreendedoras” de gestão do território, dentre outras. Contudo, ainda se tratam de experiências muito tímidas e lideradas, sobretudo, por segmentos dirigentes da sociedade local vinculados mais a interesses alheios ao lugar e atinentes ao mercado. Daí os seus efeitos mais pragmáticos e imediatistas no que se refere à manutenção da realidade existente.

É verdade que, sob esse contexto histórico, as condições da cidadania ainda estão longe de serem concretizadas, pelo menos nos lugares que estudamos. Contudo, não podemos nos esquecer de que existem possibilidades de mudança social as quais já se fazem presentes no cotidiano de todos nós e que vão constituir o que M. Santos definiu como *força do lugar*:

No lugar – um cotidiano repartido entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 1997, p.258)

Assim sendo, cabe a nós, intelectuais, continuar nossa tarefa de dar visibilidade aos processos que estão acontecendo na sua complexidade, nos diversos lugares de vida – lugares de convergência, conflito e sinergia de vetores externos / verticais (turismo) e vetores internos / horizontais (vida cotidiana) – das pessoas. Mediante a visibilidade e o entendimento desses processos, poderemos entrever o fortalecimento dos lugares. Isto na perspectiva de refletirmos sobre as reais possibilidades de resistência às imposições externas alienantes e de concretização das possibilidades internas de se conquistar o desenvolvimento sócio-espacial.

⁴ The lesson is clear: until we insurgent architects know the courage of our minds and are prepared to take an equally speculative plunge into some unknown, we too will continue to be the objects of historical geography (like worker bees) rather than active subjects, consciously pushing human possibilities to their limits. What Marx called ‘the real movement’ that will abolish ‘the existing state of things’ is always there for the making and for the taking. That is what gaining the courage of our minds is all about. (Ibidem, p.255)

Caso estas condições – não somente objetivas, mas também subjetivas – não se realizem na sua plenitude, em vez do turismo constituir um fator de desenvolvimento sócio-espacial, ele será mais uma atividade que se faz presente nos lugares, criando ou reforçando alguns poucos espaços da globalização, os *espaços luminosos*; e deixando os demais espaços, os *espaços opacos*, na precariedade quanto às suas condições de vida e trabalho. O turismo neste caso será um *turismo de enclave*, já tantas vezes ressaltado por nós em textos anteriores.

Neste sentido, vale a pena terminar o texto com uma citação de Cazes (1992, p.159) segundo a qual ele define o turismo de enclave como:

sinônimo de turismo concentrado, massivo, não organizado, colonial, especulativo, segregativo, que não respeita o meio que lhe dá suporte, indiferente e negligente para com as estruturas locais enquanto que o turismo integrado [o nosso ideal] tornar-se-ia equivalente a turismo doce, suave, difuso, apropriado, idôneo, sustentável, responsável, autocentrado, organizado, progressivo, que se preocupa com e considera as heranças e os equilíbrios locais, comunitário e com equidade, garantindo a simbiose e a harmonia. É dizer o quanto a conotação ideológica destes qualificativos é arrasadora e contribui para introduzir neste debate muitas aproximações e confusões.⁵ (tradução livre do autor deste artigo)

Na nossa compreensão, existe, portanto, certa confusão no âmbito da gestão do território – através de mecanismos fugazes e tênues – que de fato interessa às elites dirigentes locais, subordinadas ao discurso único do turismo como fábula e ao jogo do mercado; mas que é mascarada para que a totalidade pense que também lhe interessa. Dificultando, assim, a elucidação da realidade sócio-espacial das pessoas e, por sua vez, fazendo continuar o silêncio e o comodismo diante de uma realidade dura, mas aparentemente apresentando-se com tendências à mudança. Mas a discussão não pára aqui, ela continua...

⁵ synonyme de tourisme concentré, massif, non maîtrisé, colonial, spéculatif, indifférent et méprisant vis-à-vis des structures locales tandis que tourisme intégré devenait équivalent de tourisme doux, léger, diffus, approprié, idoine, soutenable, responsable, autocentré, maîtrisé, progressif, attentif aux héritages et aux équilibres locaux, communautaire et équitable, garant de symbiose et d'harmonie... C'est dire combien la connotation idéologique de ces qualificatifs est écrasante et contribue à introduire dans ce débat beaucoup d'approximations et des confusions.

Referências

- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Turistificação do espaço da cidade de Recife: uma estratégia para o desenvolvimento sócio-espacial local. *Espaço e geografia*, Brasília, ano 3, n. 1, p.161-176, 1999.
- _____. O discurso do turismo e a difusão da globalização em uma metrópole de região subdesenvolvida: da formação de representações socioespaciais à manutenção da “ordem” socioterritorial em Recife. *Revista de geografia*, Recife, v. 16, n. 1, p.67-112, jan./dez. 2000.
- _____. Espaço turístico e representações sociais: permanência ou mudança da realidade existente? *Cadernos do Ceas*, Salvador, n. 191, p.47-61, jan./fev. 2001.
- _____. *Tourisme et mobilité socio-géographique des pauvres à Recife / Brésil*. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 2002.
- _____. Gestão de programas sociais de capacitação para o trabalho, na cidade do Recife: a proximidade territorial em questão. *Revista de geografia*, Recife, v. 20, n. 2, p.31-42, jul./dez. 2003.
- _____. Tourism and social-spatial development within the underdeveloped regions of Pernambuco state-Brazil. *Cedla*, Amsterdam, p. 1-9, 2004.
- CAZES, Georges. *Tourisme et tiers-monde un bilan controversé*. Les nouvelles colonies de vacances? Paris: L’Harmattan, 1992.
- FARIAS, Gilmar Beserra de. *Análise do potencial ecoturístico para a observação de aves (Birdwatching) na ilha de Itamaracá / Pernambuco: o uso da atividade para o desenvolvimento local*. Dissertação. Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2004.
- HARVEY, David. *The condition of postmodernity*. An enquiry into the origins of cultural change. Oxford: Blackwell, 1989.
- _____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates*, São Paulo, ano XVI, n. 39, p.48-64, 1996.
- _____. *Spaces of hope*. Edimburgh: Edimburgh University Press, 2000.
- MELO, Maria José Gonçalves de. *A inserção do eco-turismo no Brejo de Serra Negra em Bezerros/PE*. Uma proposta de desenvolvimento sócio-espacial? Dissertação. Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2005.
- MELO E SILVA, Signe Dayse Castro de. *Turismo e desenvolvimento em Bezerros/Pernambuco*. A expansão da educação turística numa perspectiva de resgate da cidadania. Dissertação. Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2002.
- MOTA, Robson Nascimento da. *Turismo e desenvolvimento em Moreno-PE: o programa agroecoturístico e as suas possibilidades concretas de mudança social*. Dissertação. Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2004.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- _____. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr B. (org.) *Turismo e desenvolvimento*

local. São Paulo: Hucitec, 1999.

VIEGAS, Jeanete Magalhães. *Turistificação de áreas rurais e perspectivas de desenvolvimento sócio-espacial na Zona da Mata Norte de Pernambuco*. Dissertação. Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2005.

YAZIGI, Eduardo. *Turismo. Uma esperança condicional*. 2ª Ed. São Paulo: Global Editora, 1999. (Global universitária).